

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 7– Número 0381 – 11/11 à 15/11/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do TST*

Destaque da Semana

[“Jornada de 44 horas de trabalho é perversa e cruel com os trabalhadores”, diz Luiz Marinho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 14/11/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, visitou nesta quinta-feira (14) à Câmara de Assuntos Trabalhistas e Sindicais da Federação dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo (Fesaúde/SP) quando abordou diversos assuntos sobre as mudanças trabalhistas, como o fim da escala do 6x1, a alta rotatividade no mercado de trabalho e a necessidade da indústria de investir em tecnologia e reduzir os acidentes de trabalho. Ele afirmou que “continuaremos num ciclo de crescimento de emprego”. O ministro defendeu a necessidade de frear despesas para equilibrar as contas públicas, mas com cautela, debatendo com a sociedade. “Existe um ritmo de despesas que precisam se contidas”, afirmou, ressaltando o rompo nas contas públicas deixada pelo governo anterior.

O fim da escala 6x1 também foi assunto abordado pelo ministro durante a visita. Segundo ele, a “jornada de 44 horas de trabalho é perversa e cruel com os trabalhadores, principalmente, para as mulheres”. “Infelizmente, sobra o domingo para a mulher que trabalha uma jornada de 44 horas mensais para lavar a roupa e cuidar da casa, já que são elas que normalmente assumem as tarefas de casa. Como essa profissional vai ter uma boa produtividade, ter lazer, ficar com a família?”, questionou Marinho.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Dispensa de médico com câncer não é discriminatória diante de fechamento da empresa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/11/2024

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um médico da Companhia Operadora de Rodovias, de Santa Isabel (SP), que alegava que sua dispensa teria sido discriminatória, por estar se tratando de um câncer. Embora reafirmando a jurisprudência do TST de que a doença é capaz de gerar estigma e, por isso, presume-se a discriminação em casos de dispensa, o colegiado observou que, de acordo com o processo, a motivação foi o iminente encerramento das atividades da empresa.

[Operário com hérnia de disco obtém aumento de indenizações](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/11/2024

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., de São Bernardo do Campo (SP), a pagar R\$ 80 mil de indenização a um conferente de materiais, além de pensão mensal correspondente a 50% do seu último salário até que ele complete 78 anos de idade. Segundo o colegiado, as tarefas realizadas na montadora contribuíram para o desenvolvimento de hérnia discal na coluna lombar, o que gerou incapacidade parcial e permanente para a atividade.

[Doação de imóvel a filhos de sócio não caracterizou fraude](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/11/2024

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou a caracterização de fraude à execução na doação de um imóvel realizada pelo sócio de uma empresa de

alarmes em favor de seus dois filhos, antes do ajuizamento da reclamação trabalhista em que a empresa foi condenada. Para o colegiado, não se pode presumir que houve má-fé no caso, uma vez que não havia registro de penhora sobre o bem.

[Secretária particular de empresária não terá direito a horas extras](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/11/2024

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho indeferiu o pedido de horas extras da secretária particular de uma empresária de São Paulo (SP) e de suas filhas. Como ela tinha procuração para movimentar contas bancárias das empregadoras, o colegiado concluiu que seu trabalho se enquadra como cargo de gestão, que afasta a necessidade de controle de jornada e o pagamento de horas extras.

[Discriminação de gênero nas relações de trabalho é o Tema do Mês da Biblioteca do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/11/2024

O Tema do Mês de novembro da Biblioteca Délio Maranhão do Tribunal Superior do Trabalho é "[Discriminação de gênero nas relações de trabalho](#)". A curadoria é da Comissão de Documentação e Memória do TST, que selecionou artigos, capítulos de livros e jurisprudência sobre a matéria.

Notícias do Executivo

[Ministério do Trabalho e Emprego, USDOL e OIT lançam o Projeto Pactos](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 16/11/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Departamento de Trabalho dos EUA (USDOL) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançaram, na manhã deste sábado (16) no Rio de Janeiro (RJ), o Projeto Pactos. A proposta é combater o trabalho infantil, o trabalho forçado e melhorar as condições de trabalho nas cadeias de valor no Brasil e em outros países da América Latina e do Caribe.

[Empresas apresentam boas práticas para inclusão de pessoas LGBTI+ no mercado de trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 13/11/2024

A implementação de políticas afirmativas é essencial para atrair e manter pessoas LGBTI+ no mercado de trabalho. Boas práticas nesse sentido foram apresentadas hoje (13) por empresas durante o segundo dia do I Seminário de Empregabilidade LGBTI+, realizado no auditório do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Brasília.

[Superintendências Regionais do Trabalho realizaram encontros com entidades sindicais dos trabalhadores e empregadores](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 13/11/2024

Dentro da programação da Semana Nacional de Negociação Coletiva, começaram hoje os Encontros Regionais em todas as regiões do país, nos 26 estados e no Distrito

Federal, realizados pelas Superintendências Regionais do Trabalho. Cada unidade estadual realizou, no período de 13 a 14 de novembro, encontros com palestras, mesas-redondas e debates sobre temas como benefícios sociais nas negociações e mediação de conflitos.

[Especialistas defendem a importância da negociação coletiva para a promoção de direitos trabalhistas e sociais](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 13/11/2024

O Seminário de Promoção da Negociação Coletiva Trabalhista, realizado nos dias 11 e 12 de novembro, em São Paulo, trouxe à tona uma série de temas relevantes para o cenário atual das relações de trabalho, com foco na importância da negociação coletiva para a promoção de direitos trabalhistas e sociais. O evento, organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos (USDOL), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Fundacentro e a Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras (PWR), contou com a participação de especialistas nacionais e internacionais e foi transmitido ao vivo pelo canal do MTE no YouTube, em três idiomas.

[Negociação coletiva é ferramenta para garantir a equidade de gênero no ambiente de trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 12/11/2024

A promoção de políticas de igualdade por meio da negociação coletiva foi um dos temas discutidos no Seminário da Negociação Coletiva Trabalhista realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos (USDOL), com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Fundacentro. A auditora fiscal do Trabalho e assessora técnica da Secretaria de Relações do Trabalho, do MTE, Shakti Borela, enfatizou a importância da negociação coletiva como ferramenta crucial para reduzir desigualdades de gênero, raça e aumentar as oportunidades no ambiente de trabalho.

[Câmara Tripartite da Terceirização entrega pedido de alteração de leis em audiência pública na Assembleia Legislativa do RS](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 11/11/2024

Nesta segunda-feira (11), 14h, os integrantes da Câmara Tripartite da Terceirização

entregam ao Parlamento gaúcho um documento pedindo ajustes em leis para melhorar o ambiente de trabalho nas contratações. Entre as sugestões estão ajustes na Lei Federal das Licitações 14.133/21 e na Lei estadual 16.077/23, buscando mecanismos de garantia para execução integral dos contratos.

[Portaria autoriza concurso para 250 vagas de perito médico federal](#)

Ministério da Previdência Social - 14/11/2024

Foi publicada, nesta quinta-feira (14), a [Portaria MGI nº 8.569](#) que autoriza a realização de concurso público para o provimento de 250 vagas para perito médico federal do quadro de pessoal do Ministério da Previdência Social (MPS). A expectativa é que o edital seja publicado nos próximos seis meses, a contar da data de hoje. O secretário de Regime Geral de Previdência Social, Adroaldo Portal, acrescenta que o edital deve prever, ainda, outras 250 vagas de cadastro reserva. “Nosso intuito é convocar os 500 peritos imediatamente”, disse.

[Fundacentro debate uso da linguagem simples para difundir SST](#)

Fundacentro - 14/11/2024

A Fundacentro tem como preocupação levar o conhecimento científico em SST à população de forma clara e compreensível. Nesse sentido, um grupo de pesquisadoras, que se dedica a produzir materiais com linguagem simples, realiza a Mesa Redonda: A Linguagem Simples na Difusão de Conhecimentos em Segurança e Saúde no Trabalho.

[Diálogo social tripartite baliza normatização em SST](#)

Fundacentro - 13/11/2024

A experiência tripartite brasileira na elaboração das normas regulamentadoras foi tema do Painel “Diálogo Social em Segurança e Saúde no Trabalho para a negociação coletiva”, do Seminário de Promoção da Negociação Coletiva Trabalhista, realizado na Fundacentro, em São Paulo/SP, nos dias 11 e 12 de novembro. A Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), instituída originalmente pela [Portaria SSST nº02](#) em 1996, é a instância responsável por essa construção.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT lança campanha de combate ao assédio sexual](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/11/2024

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública deste ano, o número de crimes cometidos no ambiente de trabalho, sobretudo assédio sexual, aumentou 28,5% em comparação a 2023. Apesar das denúncias crescerem a cada ano, muitas mulheres ainda recuam por medo de perder o emprego ou terem sua palavra e honra questionadas. Além disso, grande parte dos assediadores ostentam cargos de alto comando e possuem uma boa reputação social e familiar, com esposa e filhos.

[MPT-SE participa do Encontro Regional de Negociação Coletiva](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/11/2024

Desafios do sindicalismo no Brasil e em Sergipe. Esse é o tema do Encontro Regional de Negociação Coletiva, promovido pela Superintendência Regional do Trabalho em Sergipe (SRTb/SE), nesta quarta-feira (13). O evento, que aconteceu no auditório da instituição, faz parte das ações da Semana Nacional de Promoção da Negociação Coletiva no estado de Sergipe e reuniu representantes de sindicatos, empregadores e autoridades da esfera trabalhista.

[Visita do MPT à Fiocruz promove fortalecimento da parceria interinstitucional](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/11/2024

Na última quinta-feira (7/11), procuradoras e procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT-RJ) visitaram a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Manguinhos, Rio

de Janeiro, para celebrar e estreitar parceria institucional. O encontro promoveu um diálogo com foco nos resultados já obtidos por meio dessa colaboração e nas possibilidades de novas iniciativas conjuntas em prol da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras.

[MPT aponta necessidade de debate sobre as barreiras que impedem a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 12/11/2024

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados debateu na terça-feira (12.11) a contratação de pessoas com deficiência nas principais operadoras de planos de saúde. Na discussão, a representante do Ministério Público do Trabalho (MPT), procuradora Danielle Olivares Corrêa, ressaltou que dificilmente um trabalhador permanecerá em uma relação de trabalho se não for tratado com igualdade e, por isso, a inclusão para pessoas com deficiência é algo essencial.

[PGT aponta negociação coletiva como caminho para solução de conflitos trabalhistas](#)

Ministério Público do Trabalho - 11/11/2024

A negociação coletiva é a principal ferramenta para solução dos conflitos em um mercado de trabalho impulsionado por mudanças tecnológicas, inovação e, também, por muitas demandas sociais. A avaliação é do procurador-geral do Trabalho (PGT), José de Lima Ramos Pereira, durante a abertura do Seminário de Promoção da Negociação Coletiva Trabalhista, na segunda-feira (11.11) em São Paulo.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Editorial – PEC que prevê redução da jornada de trabalho vai tornar o trabalho decente uma realidade mais próxima](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 14/11/2023

Nos últimos dias, uma Proposta de Emenda à Constituição apresentada pela deputada federal Erika Hilton ganhou repercussão nacional. A PEC em questão prevê o fim da escala 6x1, situação predominante no Brasil e que estabelece uma jornada de trabalho de seis dias consecutivos e apenas um de descanso. A matéria alcançou nesta quarta-feira, 13 de novembro, o número exigido de assinaturas para que fosse protocolada, mas ainda não foi numerada.

[SINAIT é favorável à redução da jornada de trabalho para preservar a saúde e qualidade de vida dos trabalhadores](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 13/11/2024

A proposta do fim da jornada de seis dias de trabalho por um dia de descanso (6x1) é da deputada federal Erika Hilton líder do PSOL-SP. A matéria conseguiu espaço na imprensa e anda recebendo elogios e críticas do legislativo, executivo e da classe empresarial. O SINAIT como instituição que defende as prerrogativas dos Auditores Fiscais do Trabalho e atua para proteger os direitos e a saúde dos trabalhadores brasileiros se posiciona favoravelmente à redução da jornada de trabalho.

Outras Notícias

[Trabalhadora que engravidou durante aviso prévio tem direito à estabilidade](#)

Consultor Jurídico - 17/11/2024

Uma trabalhadora que prestava serviços de copeira por meio de empresa de terceirização teve reconhecido pela Justiça do Trabalho, em Sobral (CE), o direito ao recebimento de indenização substitutiva do período de estabilidade por ter seu contrato encerrado, embora tenha engravidado durante o aviso prévio indenizado.

[Laudo trabalhista mais bem fundamentado prevalece sobre o do INSS](#)

Consultor Jurídico - 17/11/2024

A 1ª Turma do TRT da 2ª Região (SP) manteve sentença que afastou doença ocupacional de operador de montagem e negou pedidos de estabilidade acidentária, indenização por danos morais e materiais, retomada do custeio do plano de saúde e reembolso de despesas com convênio médico. O colegiado considerou laudo do perito trabalhista mais bem fundamentado que o laudo pericial da ação acidentária juntado aos autos.

[Movimento pelo fim da escala 6x1 recupera a pauta da redução de jornada](#)

Consultor Jurídico - 16/11/2024

O significativo mérito do movimento pelo fim da escala 6x1 é trazer de volta à agenda do trabalho no Brasil a crucial discussão sobre a redução da jornada semanal. A luta por uma jornada de trabalho mais curta é uma reivindicação histórica dos trabalhadores, que sempre enfrentou feroz resistência. Contudo, reformas trabalhistas flexibilizantes dos últimos criaram um ambiente propício para práticas abusivas de aumento de jornada e intensificação do trabalho, especialmente nos setores de co-

mércio e serviços.

[Juíza condena empresa que converteu pedido de demissão de gestante em justa causa](#)

Consultor Jurídico - 15/11/2024

Demitir por justa causa pessoa que já havia solicitado previamente seu desligamento consiste em conduta desleal e gera condenação por dano moral, em especial por se tratar de gestante. O entendimento é da juíza Luanna Lima Nogueira Cerqueira, da 8ª Vara do Trabalho de São Paulo, que condenou uma empresa a indenizar uma ex-empregada em R\$ 5 mil por danos morais.

[Brasil pode ser primeiro a reduzir escala de trabalho por lei, afirma pesquisador](#)

Consultor Jurídico - 15/11/2024

Uma proposta de emenda à Constituição de autoria da deputada federal Erika Hilton (PSOL) provocou uma ruidosa discussão sobre o regime de trabalho 6 x 1, que a parlamentar deseja ver liquidado — ela propõe a ilegalidade desse modelo e a introdução de uma escala 4 x 3, ou seja, quatro dias trabalhados e três de descanso por semana.

[Tema 725: fraude na terceirização de serviços como elemento de distinção](#)

Consultor Jurídico - 15/11/2024

A existência de fraude na terceirização de serviços como elemento distintivo à aplicação da tese contida no Tema 725 de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal é reconhecida em decisões de turmas do Tribunal Superior do Trabalho e do Superior Tribunal de Justiça. Há sinais concretos de sintonia entre os tribunais que têm a missão de fixar a interpretação definitiva da legislação infraconstitucional no país.

[Acordos homologados na Semana de Conciliação ultrapassam R\\$ 64,5 milhões](#)

Consultor Jurídico - 13/11/2024

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) encerrou participação na 19ª Se-

mana Nacional de Conciliação com mais de R\$ 64,5 milhões em acordos homologados, superando em 8% o resultado do ano passado.

[Da proteção ao abuso: como a JT reabriu as portas para ações oportunistas](#)

Consultor Jurídico - 12/11/2024

A recente decisão do Tribunal Superior do Trabalho, que considera suficiente a mera declaração de hipossuficiência para a concessão da justiça gratuita, é um convite ao uso desenfreado do sistema judicial. Ignorando a crise de recursos públicos e o volume de litígios acumulados, a corte aceitou como válido um mecanismo que incentiva o abuso.

[Demissão de gestante sem assistência é inválida mesmo que ninguém saiba da gravidez](#)

Consultor Jurídico - 11/11/2024

A falta de conhecimento da empregadora ou da própria empregada sobre a gravidez durante o contrato de trabalho não impede o reconhecimento da estabilidade provisória da gestante. Mesmo nesses casos, são inválidos os pedidos de demissão sem que a empregada receba assistência do sindicato, pois a garantia provisória no emprego é uma condição puramente objetiva, prevista no artigo 500 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

[TRT-2 confirma justa causa de trabalhadora de confecção por homofobia](#)

Migalhas - 17/11/2024

O TRT da 2ª região manteve, por unanimidade, justa causa aplicada a uma trabalhadora de uma empresa de confecções que fez comentários homofóbicos, dentro e fora do ambiente de trabalho. A empresa justificou a demissão com base em mau procedimento e ato lesivo à honra, conforme o artigo 482 da CLT.

[TRT-3 dá rescisão indireta a técnica impedida de trabalhar após acidente](#)

Migalhas - 15/11/2024

3ª turma do TRT da 3ª região determinou a rescisão indireta do contrato de uma tra-

balhadora impedida pela empregadora de retomar suas atividades após o término de seu benefício previdenciário. Com a decisão, uma indústria metalmecânica deverá arcar com as verbas rescisórias, como ocorre em casos de dispensa imotivada.

[TRT-8: Desembargador anula processo por falta de citação eletrônica a banco](#)

Migalhas - 15/11/2024

Por inadequação na forma de citação a uma instituição financeira, o desembargador Carlos Rodrigues Zahlouth Junior, do TRT da 8ª região, decidiu anular processo. A controvérsia surgiu após o reclamado não ser devidamente citado para a audiência inaugural, o que levantou questões sobre a observância das normas processuais estabelecidas pelo CNJ e pelo CPC.

[TST homologa acordo entre banco e trabalhador com quitação geral](#)

Migalhas - 13/11/2024

Em decisão monocrática, o ministro Evandro Pereira Valadão Lopes, do TST, deu provimento a recurso de revista interposto pelo Banco BV, determinando a homologação de acordo extrajudicial firmado entre o banco e um trabalhador. A decisão foi baseada na validade dos requisitos legais e na manifestação de vontade das partes, garantindo ao acordo efeitos de quitação geral do extinto contrato de trabalho, sem ressalvas.

[Escala 6x1: Entenda o que o excesso de trabalho faz com o corpo](#)

Revista Proteção - 14/11/2024

As longas jornadas de trabalho no Brasil e no mundo são uma ameaça silenciosa à saúde da população. Segundo estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS), pelo menos 745 mil mortes por derrame e doenças cardíacas foram em razão do excesso de horas trabalhadas em 2016. O estudo pioneiro da organização demonstra que passar muitas horas no trabalho traz alguns riscos. Por exemplo, aumenta significativamente o risco de desenvolver problemas cardiovasculares, um dos principais causadores de morte no mundo.

[G20 Social: OIT debate o impacto das transições tecnológicas sobre o mundo do trabalho](#)

Organização Internacional do Trabalho - 15/11/2024

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) contribuiu nesta quinta-feira (14) para o debate promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) no painel intitulado “Sem trabalho, sem futuro: trabalho digno e organização sindical para enfrentar as transformações no mundo do trabalho”, no marco do G20 Social. O debate reuniu líderes e ativistas, incluindo a diretora-geral adjunta da OIT, Celeste Drake, e o secretário de Relações Internacionais da CUT, Antônio Lisboa, que exploraram os desafios e as oportunidades apresentados pelos rápidos avanços tecnológicos, a luta pelo emprego juvenil e o esforço global pela promoção do trabalho decente para todas as pessoas.

[Futuro da mão de obra na construção civil](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 14/11/2024

A indústria da construção civil enfrenta uma das maiores crises de mão de obra, que ameaça diretamente a competitividade e a inovação no setor. Os canteiros de obras estão cada vez menos atrativos, especialmente para os jovens, e a produtividade precisa se adequar. Apesar de haver construtoras e incorporadoras que apostam em tecnologia e aprimoram seus processos, elas ainda são exceção no Brasil.

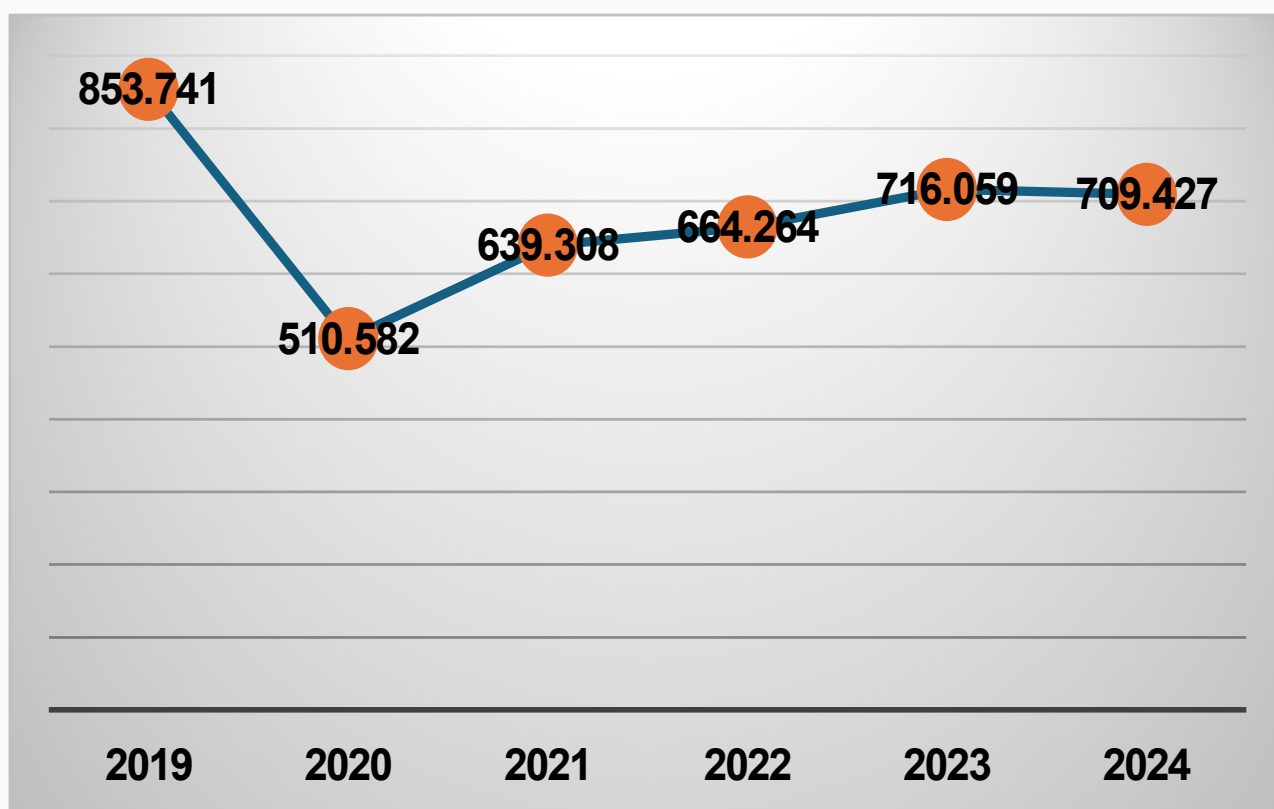
Atos Normativos

[DECRETO Nº 12.246, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2024](#) (DOU de 12/11/2024 Seção I Pág. 01) - Dispõe sobre a dispensa ao serviço das pessoas ocupantes de cargo público e de trabalhadoras e trabalhadores de empresas contratadas para a prestação de serviços de mão de obra, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para a realização de exames preventivos de câncer.

RADAR
TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de Conciliações Homologadas na Justiça do Trabalho (1ª e 2ª Instância) no período de 2019 a 2024 (Outubro):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula